Sala 1 - Thiago Marrara de Matos		
Horário Nome	Título	
09:00 Breno Oliveira Zatiti Brasileiro	Avaliação das modalidades de licitação utilizadas no Município de Franca entre 2016 e 2018	
09:20 Carolina Barbosa Rios	O controle social nas concessões de serviços públicos de infraestrutura e o impacto do Código de Defesa do usuário do serviço público	
09:40 Charles Lopes Dias	Licitações verdes: abordagem prática sobre a sua efetivação no âmbito da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Contas da União.	
10:00 Gustavo Alarcon Rodrigues	Regulação administrativo das Criptomoedas: estudo comparado da disciplina jurídica despendida sobre as criptomoedas no Brasil e Estados Unidos da América.	
10:20 Laura Domingos Rodrigues da Cunha	Acordos delatórios e seus impactos na repressão e prevenção de conlúios ilícitos	
10:40 Lucas Bossoni Saikali	Inovações disruptivas e Agências Reguladoras: um estudo a partir da tecnologia do serviço de streaming fornecido pelo Spotify	
11:00 Pedro Liberato	A Blockchain e os métodos processuais do SBDC	
11:20 Sabrina Carvalho Verzola	Direito Administrativo versus Lei de Inovação: os contratos de transferência de tecnologia e a titularidade dos direitos de propriedade intelectual pelas Universidades Públicas. Subtítulo: gestão da inovação tecnológica.	
11:40 Thiago Guimarães de Barros Cobra	Omissão regulatória e revisão da atividade das agências aeguladoras	
12:00 Vanessa Carla Meneguettii Lopes	A importância das ações afirmativas para a efetivação do Princípio da Igualdade	
12:20 Weslley Franco Ramos Barguena	A (in)constitucionalidade na adoção de Parcerias Público-Privadas na construção e gestão de penitenciárias	

	Sala 2: Lígia Maria Silv	a Melo Casimiro e André Simionato Castro
Horário	Nome	Título
09:00	Amanda Cristina Silvério	Intervenção do Estado na propriedade: análise do instituto da expropriação por exploração de trabalho contemporâneo - fundamentos, sistematização e jurisprudência
09:20	Fernando Figueiredo Linhares Piva de Albuquerque Schmidt	Infraestrutura e direitos de autor: soluções para o problema da alteração de projetos de arquiterura e engenharia
09:40	Fernando Teixeira Baptista de Oliveira	O papel das ações coletivas no controle judicial de políticas pública de saúde: análise do impacto em ações para fornecimento de medicamentos na comarca de Ribeirão Preto
10:00	Kaleo Dornaika Guaraty	Aspectos jurídicos do ensino confessional no Brasil à luz das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil
10:20	Luísa Ortiz Thomazella	Regulamentação social e os processos e métodos de produção (PMP's) na OMC: a promoção do desenvolvimento sustentável
10:40	Maria Isabel Rosifini Alves Rezende	Judicialização da saúde: como os juízes julgam?
11:00	Mariana Albuquerque Zan	Análise das políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Ribeirão Preto: serviços oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social
11:20	Mariana Grilli Belinotte	A Propriedade-Função Social Urbana: tendências atuais
11:40	Paloma Gerzeli Pitre	As políticas públicas para tornar efetivo o direito à cidade.
12:00	Tiago Fernando Guedes de Carvalho	Princípio da Juridicidade e políticas públicas

12:20	Yago Teodoro Aiub Calixto	A norma jurídica e o ato administrativo em face do contexto comercial internacional
12:40	Valéria Vaz de Lima	Controle social de Direito Administrativo:aspectos relevantes do Código de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos

Sala 3: Emerson Gabardo e Gustavo Justino de Oliveira		
Horário	Nome	Título
09:00	Ana Paula Andradr Borges de Faria	Extensão do sigilo dos acordos de leniência antitruste
09:20	Danieli Rocha Chiuzuli	Os obstáculos a efetivação das decisões judiciais em processos coletivos envolvendo a judicialização de políticas públicas de educação infantil no Município de Ribeirão Preto
09:40	Estevam Palazzi Sartal	Influência da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro na formulação e no controle de políticas públicas
10:00	Gabriel Fernandes Khayat	A duvidosa "Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas"
10:20	João José Turri Brufatto	Blockchain em acordos de leniência da Lei Anticorrupção
10:40	Larissa Eiras	Responsabilidade civil do Estado Legislador: atos e omissões legislativas
11:00	Lúcio Rangel Alves Ortiz	A importância das agências reguladoras para a fiscalização e qualidade dos serviços públicos
11:20	Luís Felipe Ramos Cirino	A Lei nº 13.019/2014 e a retomada da burocratização
11:40	Maurício Buosi Lemes	Democracia participativa e sistema de justiça: o caso da Defensoria Pública do Estado de São Paulo
12:00	Paulo Henrique Macera	Fontes do direito administrativo, federalismo e separação dos poderes: formação e aplicabilidade horizontal e vertical das fontes normativas do Direito Administrativo
12:20	Paulo Victor Barbosa Recchia	Sanção concorrencial

Sala 4: Jamil Junior e André Antonietto		
Horário	Nome	Título
09:00	Alexandre Benedito Pessatte Filho	Hermenêutica do patrimonialismo: como se desenha uma Administração Pública viciada?
09:20	Leonardo Picolo Cauzim	O federalismo, o pacto federativo e a consagração do progresso e independência dos estados-membros concomitante aos Direitos Fundamentais
09:40	Danilo Henrique Nunes	O federalismo, o pacto federativo e a consagração do progresso e independência dos estados-membros concomitante aos Direitos Fundamentais
10:00	Deborah Priscilla Santos de Novaes	Autoridade Nacional de Proteção de Dados: o impacto do modelo institucional sancionado pela MP n° 869/18
10:20	Diego dos Reis Braga	Aplicação do Princípio do Contraditório no artigo 5°, inciso LV da Constituição Federal de 1988 no Inquérito Policial por meio da interpretação dos direitos e garantias fundamentais A possibilidade do Judiciário limitar a nomeação de Ministros do
10:40	Gabriela Larissa de Almeida	Estado: ato de controle administrativo ou indevida intervenção judicial?
11:00	Isabella Pawlak	Responsabilidade subsidiária da Administração Pública tomadora de serviços por verbas trabalhistas em caso de culpa in eligendo e in vigilando
11:20	Jessica Diniz da Silva	Responsabilidade civil da Administração Pública pela lesão ao Princípio da Duração Razoável do Processo

11:40	Leonardo de Andrade Alberto	A remoção do servidor público federal para acompanhamento do cônjuge: o conflito entre os Princípios constitucionais de Proteção à Família e do Interesse Público
12:00	Bruna Cabrera De Bonito	As vantagens da adoção da arbitragem pelas empresas estatais no Brasil
12:20	Luana Graciana Silva	Responsabilidade subsidiária da Administração Pública tomadora de serviços por verbas trabalhistas em caso de culpa in eligendo e in vigilando
12:40	Óthon Castrequini Piccini	Controladorias municipais: comparativo jurídico dos modelos existentes nos dez maiores municípios paulistas